



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

HABEAS CORPUS Nº 296399-7 – Caruaru (3ª Vara Criminal)

IMPETRANTE: Os Béis. Fausto Ottoni de Lima Parizio e Wellington Venâncio de Moraes

PACIENTE: Emanuel Rafael da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADOR: Dr. Mário Germano Palha Ramos

EMENTA: Penal e Processual Penal. Habeas Corpus Liberatório.

Artigo 14 da Lei nº 10.826/03. Prisão em Flagrante. Alegações de Demora no Oferecimento da Denúncia e de Direito à Consecução de Liberdade Provisória. Coação Extralegal Configurada. Conferimento ao Paciente da Mercê da Liberdade Provisória. 1. Cuidando-se de imputado preso, a ultrapassagem dos prazos para a irrupção da ação penal arranha as prescrições legais. 2. Ostentando o paciente condições pessoais favoráveis e ausentes os permissórios da prisão preventiva, é de ser conferido a ele o benefício da liberdade provisória, mediante compromisso, expedindo-se em seu prol o competente alvará de soltura, a fim de que seja imediatamente posto em liberdade, se por aí não estiver preso. 3. Ordem concedida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus n.º 296399-7, da Comarca de Caruaru, em que figuram como partes as acima referidas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 19/03/2013, por decisão unânime, em conceder a ordem, tudo conforme consta da ementa e dos votos em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 19/03/2013

Des. Roberto Ferreira Lins

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

131

HABEAS CORPUS Nº 296399-7 – Caruaru (3ª Vara Criminal)

IMPETRANTE: Os Béis. Fausto Ottoni de Lima Parizio e Wellington Venâncio de Moraes

PACIENTE: Emanuel Rafael da Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADOR: Dr. Mário Germano Palha Ramos

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório impetrado pelos Béis. Fausto Ottoni de Lima Parizio e Wellington Venâncio de Moraes em favor de Emanuel Rafael da Silva, preso em flagrante, precisamente em 16.01.2013, como incurso nas sanções do artigo 14 da Lei nº 10.826/03, indicando como autoridade coatora o Sr. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, e objetivando, em resumo, de conformidade com a inicial de fls. 02 a 12, a consecução da liberdade provisória do paciente, que entende como direito dele, negada pelo magistrado, mesmo diante da convicção da ausência dos motivos permissórios da prisão preventiva, não bastasse o excesso de prazo para o oferecimento da denúncia.

Indeferida a postulação de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 122 a 123, esclarecendo, de início, que o paciente foi preso em flagrante logo após estar portando arma de fogo juntamente com um adolescente, sendo certo que a comunicação do flagrante foi recebida em Juízo em 18.01.2013, ocorrendo que a defesa constituída formulou pleito de relaxamento, cumulado com liberdade provisória, naquele mesmo dia, pedido esse indeferido e reiterado no dia 22.01.2013, tendo merecido parecer favorável do Ministério Público, contudo indeferido pela decisão exarada no dia 29.01.2012.

Acrescentou que, em 18.02.2012, os autos foram remetidos ao Ministério Público para formular denúncia, se entender cabível.

Asseverou, alfim, que a decisão que indeferiu a liberdade provisória do paciente pautou-se na sua periculosidade real, tendo em vista vastas informações de que o mesmo atua, juntamente com o sobredito adolescente, em vários homicídios em Caruaru.

A Procuradoria de Justiça ofereceu o parecer de fls. 140 a 144, opinando pela concessão da ordem, por entender ilegal a prisão do paciente, por entender ausentes, no caso concreto, os permissórios da prisão preventiva.

É o relatório.

VOTO

Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

O impetrante, consoante acentuei no relatório, fundamenta a pretensão mandamental na assertiva de que o paciente está sofrendo

maia- Relator: Des. Roberto Ferreira Lins

1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

132

constrangimento ilegal porque faz jus ao favor legal da liberdade provisória, por entender ausentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva, situação agravada com a demora no oferecimento da denúncia.

Pois bem.

O paciente está preso desde o dia 16 de janeiro do corrente ano e, ao lume das informações prestadas pela autoridade impetrada, os autos foram remetidos ao Ministério Público, para oferecimento de denúncia, em 18.02.2013. Constatei, contudo, pelo Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal, que os autos somente foram enviados ao *Parquet* no dia 12 de março do ano andante. Essa situação, *per se*, tendo em vista as prescrições dos artigos 10 e 46, *caput*, primeira parte, do Código de Processo Penal, já configura um quadro de anormalidade que arranha os vetores legais.

Mas, não é só.


O paciente é tecnicamente primário, tem endereço certo e profissão definida, não sendo ocioso lembrar que a pena máxima cominada para o crime a ele atribuído (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) é a de 4 (quatro) anos de reclusão, constatação última essa que demonstra que a condição do enfocado imputado não se enquadra na hipótese de admissibilidade, em nível de prisão preventiva, prevista no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Demais disso, as decisões de fls. 126 a 130 e 132 a 136, a primeira homologatória do flagrante e denegatória de um pleiteado relaxamento de prisão, e a segunda negatória de um requerimento de liberdade provisória, conquanto extensas, exibem-se repletas de considerações genéricas, calcadas em informes não identificados, sobre a periculosidade do paciente, sem a efetiva enunciação de dados concretos que demonstrem a necessidade da prisão preventiva do focalizado acusado e obviamente a presença dos seus permissórios, pelo que não servem para a legitimação da segregação objurgada pelo *mandamus*.

Não custa lembrar que o Representante do Ministério Público com atuação na 3ª Vara da Comarca de Caruaru, através da manifestação de fl. 66 e verso, ressaltou, de forma objetiva, a desnecessidade, na espécie, da prisão preventiva, opinando pela concessão da liberdade provisória ao paciente.

Desse modo, sem delonga, forte nas razões acima explicitadas, assim como no parecer da Procuradoria de Justiça, voto no sentido da concessão da ordem, com o conferimento ao paciente, nos termos do artigo 321 do Código de Processo Penal, da mercê da liberdade provisória, mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais, a ser assinado no Juízo *a quo*, sob pena de revogação do benefício, expedindo-se em seu favor o competente alvará de soltura, a fim de que seja imediatamente posto em liberdade, se por *al* não estiver preso.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins
Relator